



Foto: Marcos Oliveira/Agência Senado

CPMI DO 8 DE JANEIRO ENCERRA SEUS TRABALHOS

A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI), que investigou os Ataques Antidemocráticos do 8 de janeiro, aprovou por 20 votos favoráveis contra 11 Votos contrários e 1 abstenção o parecer da Senadora Eliziane Gama (PSD/MA). A votação foi encerrada após 7 horas de longos debates por parte de governistas e oposição e encerrou os trabalhos do colegiado.

O relatório aprovado pede o indiciamento de 61 pessoas, entre elas, o ex-presidente Jair Bolsonaro e ex-ministros do seu governo, como Walter Braga Neto, da Defesa; Augusto Heleno, do Gabinete de Segurança Institucional (GSI) e Anderson Torres, da Justiça. O texto também sugeriu o indiciamento de integrantes da ativa e da reserva das Forças Armadas, policiais militares, financiadores, ex-integrantes do GSI e da Deputada Federal Carla Zambelli (PL/SP). Todas as informações serão agora encaminhadas para a Procuradoria-Geral da República (PGR), a Polícia Federal e ao Supremo Tribunal Federal (STF), para aprofundarem investigações e apurarem as responsabilidades.

Após a aprovação do parecer, parlamentares da base Governista fizeram um ato simbólico em prol da democracia realizando uma caminhada do prédio do Congresso Nacional até a Praça dos Três Poderes.



“O relatório foi subsidiado e construído também por uma equipe de mais alta qualidade, servidores do Senado, da Câmara, da Polícia Federal, do TCU, servidores da Controladoria-Geral da União, do Banco Central, da Receita Federal, servidores de órgãos de fiscalização e controle. São servidores com o mais profundo conhecimento e qualificação técnica, ou seja, o que está consignado aqui foi construído a várias mãos.”

Eliziane Gama (PSD/MA)

Senadora e Relatora da CPMI



“Então, tem uma série de coisas... inclusive, o meu sigilo telemático, bancário e fiscal foram quebrados, e esta comissão, que eu vou acionar, na pessoa da sua relatora, esta comissão vazou fotos minhas, privadas, do meu celular para o Brasil 247 e Diário do Centro do Mundo.”

Carla Zambelli (PL/SP)

Deputada Federal

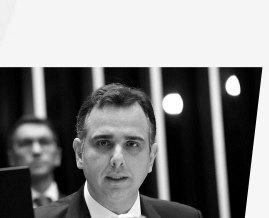
PAUTAS DO JUDICIÁRIO PODEM MOVIMENTAR O CONGRESSO NACIONAL NAS PRÓXIMAS SEMANAS

Após uma semana com menor intensidade de trabalhos no Congresso Nacional, lideranças políticas do Parlamento sinalizaram que as próximas semanas poderão ser agitadas, com a votação de diversas matérias que envolvem o Poder Judiciário.

O Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO/AP), afirmou, durante a reunião do colegiado, que a próxima reunião da CCJ, a ser realizada na quarta-feira (25), terá como objetivo realizar as sabatinas dos últimos indicados do STJ, que podem ter seus nomes aprovados na mesma semana, em razão do esforço concentrado no Senado Federal. O Presidente também afirmou, após indagação do Senador Eduardo Gomes (PL/TO), que, após o feriado de finados, pretende pautar a PEC 10/2023, que institui a parcela mensal de valorização por tempo de exercício dos magistrados e membros do Ministério Público.

Há também a expectativa, por parte do Presidente do Senado, Senador Rodrigo Pacheco (PSD/MG), de pautar a PEC 8/2021, que limita decisões monocráticas e pedidos de vista nos tribunais superiores. Nesta quinta-feira (19), foi realizada uma Sessão de Debates Temáticos, com a participação de Juristas e dos Senadores sobre a referida Proposta, de autoria do Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS/PR).

Por fim, na próxima semana também está agendada reunião conjunta do Congresso Nacional para deliberação de Vetos, na quinta-feira (26).



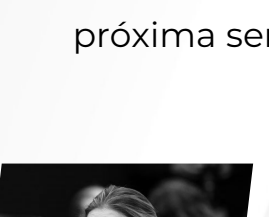
“Assim como os demais Poderes, o Poder Judiciário precisa aprimorar as suas atividades. A maneira de agir, de julgar e de servir o povo brasileiro está em constante evolução. A sociedade muda, o direito muda e a constituição muda”

Rodrigo Pacheco (PSD/MG)

Presidente do Senado Federal

CLDF LANÇA PLATAFORMA PARA FISCALIZAÇÃO DO PODER PÚBLICO

A Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), por meio da Comissão de Fiscalização, Governança, Transparência e Controle (CFGT), apresentou uma nova plataforma de fiscalização do Poder Público no site da CLDF, nesta quinta-feira, 19 de outubro. O "Observatório do Congresso", criado pela CFGT, é uma ferramenta de fiscalização que permitirá o acompanhamento em tempo real de contratos, convênios, concessões e gastos do Poder Executivo e Legislativo do DF pelos cidadãos. O lançamento no site está previsto para a próxima semana.



“Precisamos tornar esse painel como meio para que os deputados e comissões atendam demandas da sociedade. Esse serviço servirá como base para que possamos agir com políticas públicas”

Paula Belmonte (Cidadania),

Deputada Distrital

Material produzido por